

PARTE I.....	3
CLÁUSULAS JURÍDICAS	3
CLÁUSULA 1ª OBJETO DO CONTRATO	3
CLÁUSULA 2ª CONTRATO	3
CLÁUSULA 3ª PRAZO DO CONTRATO.....	4
CLÁUSULA 4ª OBRIGAÇÕES PRINCIPAIS DO COCONTRATANTE.....	4
CLÁUSULA 5ª DESEMPENHO AMBIENTAL	6
CLÁUSULA 6ª CONFORMIDADE E OPERACIONALIDADE DOS BENS	6
CLÁUSULA 7ª ENTREGA DOS BENS OBJETO DO CONTRATO.....	7
CLÁUSULA 8ª ENTREGA DOS BENS OBJETO DO CONTRATO INSPEÇÃO E TESTES.....	8
CLÁUSULA 9ª INOPERACIONALIDADE, DEFEITOS OU DISCREPÂNCIAS	8
CLÁUSULA 10ª ACEITAÇÃO DOS BENS	8
CLÁUSULA 11ª GARANTIA TÉCNICA	9
CLÁUSULA 12ª GARANTIA DE CONTINUIDADE DE FABRICO	9
CLÁUSULA 13ª LOCAL E CONDIÇÕES DO FORNECIMENTO DOS BENS	9
CLÁUSULA 14ª PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS	10
CLÁUSULA 15ª OBJETO DO DEVER DE SIGILO	10
CLÁUSULA 16ª PREÇO CONTRATUAL	10
CLÁUSULA 17ª REVISÃO/ ATUALIZAÇÃO DE PREÇOS	11
CLÁUSULA 18ª CONDIÇÕES DE PAGAMENTO	11
CLÁUSULA 19ª RESPONSABILIDADES	12
CLÁUSULA 20ª FORÇA MAIOR.....	13
CLÁUSULA 21ª PENALIDADES CONTRATUAIS	14
CLÁUSULA 22ª RESOLUÇÃO POR PARTE DO CONTRAENTE PÚBLICO	14
CLÁUSULA 23ª RESOLUÇÃO POR PARTE DO COCONTRATANTE.....	15
CLÁUSULA 24ª SUBCONTRATAÇÃO E CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL	15
CLÁUSULA 25ª COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES.....	15
CLÁUSULA 26ª FORO COMPETENTE.....	15
CLÁUSULA 27ª DESIGNAÇÃO DO GESTOR DO CONTRATO E ACOMPANHAMENTO	15

CLÁUSULA 28ª LEGISLAÇÃO APLICÁVEL	16
PARTE II.....	17
CLÁUSULAS TÉCNICAS	17
CLÁUSULA 29ª CARACTERIZAÇÃO DOS PRODUTOS.....	17

PARTE I

CLÁUSULAS JURÍDICAS

CLÁUSULA 1ª OBJETO DO CONTRATO

O presente caderno de encargos compreende as cláusulas jurídicas, bem como as especificações técnicas, a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal prestação a *aquisição de reagentes e consumíveis exclusivos para o ICBAS*.

A presente aquisição poderá ser efetuada ao abrigo dos seguintes projetos, sendo a despesa suportada pelos respetivos CCO:

Projeto		CCO
PRR - 10/C06 - i07/2024	Agro@TecVerde	01589 - 365 - PRR Impulso Mais Digital (Agro@TecVerde)
772817	Magtendon	021362 - 364 – MagTendon
KA220-HED-E05A5897	E-MEDIC	01585 - 350 - E-MEDIC
2022.10372.PTDC	EPHICHARME	021351 - 351 – EPICHARME
101082557	AFISHE	01583 - 344 – AFISHE
2022.08713.PTDC	AquaSmart	021349 - 349 – AquaSmart
101082687	PEVULOS	01584 - 348 – PEVULOS
E1115737	FORBATH	021340 - 340 – FORBATH
022.06048.PTDC	FibroSkin	021347 - 347 – FibroSkin
2022.07587.PTDC	iSupport Footprint	021345 - 345 - iSupport Footprint
AGA-KHAN / 541708048 / 2019	PurinEMFpathy	021329 - 329 - PurinEMFpathy - FCT AGA-KHAN
PTDC/CVT-CVT/3045/2021	NEOPRIMM	021327 - 327 - NEOPRIMM – 3045
PTDC/MEC-CIR/3615/2021	BarFail	021325 - 325 - BarFail – 3615
PTDC/EMD-EMD/2229/2020	PRECOGFI	021322 - 322 - PRECOGFI – 2229
PTDC/BTM-MAT/0438/2020	FETBIO	021314 - 314 - FETBIO – 0438

CLÁUSULA 2ª CONTRATO

- O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
- O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - Os suprimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
 - O presente caderno de encargos;
 - A proposta adjudicada;
 - Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
- Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.

4. O contrato integra ainda o Código de Boa Conduta para a Prevenção e Combate ao Assédio e Discriminação da U. Porto:

https://sigarra.up.pt/spup/pt/conteudos_geral.ver?pct_pag_id=1015464&pct_parametros=pv_unidade=764&pct_grupo=35873#35873

5. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

CLÁUSULA 3ª PRAZO DO CONTRATO

1. O contrato produz os seus efeitos na data da aposição da última assinatura no contrato, e mantém-se em vigor pelo período de dezoito (18) meses, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.
2. O contrato extingue-se atingido o seu termo ou o preço contratual.
3. Caso seja atingido o termo e não seja atingido o preço contratual, o prazo de execução pode ser prorrogado por iniciativa do contraente público, procedendo-se à respetiva modificação objetiva.
4. A prorrogação prevista no número anterior não pode determinar que o contrato tenha um prazo de execução superior a 3 anos.
5. Caso seja atingido o termo referido no número um e não seja atingido o montante referido na cláusula preço contratual, o cocontratante não terá direito a qualquer indemnização.

CLÁUSULA 4ª OBRIGAÇÕES PRINCIPAIS DO COCONTRATANTE

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente caderno de encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o cocontratante as seguintes obrigações principais:
 - a. Obrigação de entrega dos bens identificados na sua proposta;
 - b. Obrigação de garantia dos bens;
 - c. Obrigação de continuidade de fabrico;
 - d. Cumprimento do prazo de entrega;
 - e. Efetuar as entregas mediante requisição do contraente público;

- f. O pagamento de quaisquer impostos, taxas, direitos de qualquer natureza ou outros encargos exigidos pelas autoridades competentes e relativos à execução do contrato nos territórios do país ou países do fornecedor, dos seus subcontratados ou de passagem em transporte;
 - g. Obter as autorizações e efetuar o pagamento de quaisquer emolumentos exigidos pelas autoridades competentes relativamente ao cumprimento das obrigações que impendem sobre o cocontratante no âmbito do contrato;
 - h. Assegurar a realização de todas as diligências necessárias ou convenientes à obtenção de quaisquer licenças de exportação e de importação exigidas pelos países envolvidos na execução do contrato e a estas respeitantes, bem como o pagamento das taxas ou demais encargos a que houver lugar;
 - i. Garantir a proteção e segurança da informação sobre as pessoas singulares, em concreto que o tratamento no âmbito da prestação dos serviços, objeto do contrato, ocorrerá em estrita observância de todas as disposições pertinentes de direito nacional e europeu que protegem os direitos e liberdades fundamentais das pessoas singulares, em particular o seu direito à proteção da vida privada no que diz respeito ao tratamento dos seus dados pessoais;
 - j. Cumprir o disposto no Código de Boa Conduta para a Prevenção e Combate ao Assédio e Discriminação no Trabalho da Universidade do Porto cumprindo os princípios e o compromisso de não tolerância ao assédio assumido pela U. Porto. Disponível no link:
https://sigarra.up.pt/spup/pt/conteudos_geral.ver?pct_pag_id=1015464&pct_parametros=p_v_unidade=764&pct_grupo=35873#35873
 - k. Assegurar o cumprimento das especificações técnicas gerais quanto à emissão da fatura eletrónica, conforme disposto na clausula referente às condições de pagamento, cumprindo a obrigação de identificar o n.º da nota de encomenda e do n.º de compromisso;
 - l. Garantir a implementação de medidas técnicas de segurança adequadas à confidencialidade e à integridade da informação tratada;
2. Constituem ainda obrigações do cocontratante:
- a. Recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo;
 - b. Comunicar antecipadamente, logo que tenha conhecimento, factos que tornem total ou parcialmente impossível a entrega dos bens objeto do contrato, ou o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações nos termos do contrato celebrado;
 - c. Não subcontratar, no todo ou em parte, a execução do objeto do contrato, sem prévia autorização do contraente público;

- d. Comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato e que altere, designadamente, a sua denominação social, os seus representantes legais, a sua situação jurídica e a sua situação comercial;
 - e. Manter sigilo e garantir a confidencialidade, não divulgando quaisquer informações que obtenham no âmbito da formação e da execução do contrato, nem utilizar as mesmas para fins alheios àquela execução, abrangendo esta obrigação todos os seus agentes, funcionários, colaboradores ou terceiros que nelas se encontrem envolvidos;
 - f. Possuir todas as autorizações, consentimentos, aprovações, registos e licenças necessários para o pontual cumprimento das obrigações assumidas no contrato;
 - g. Respeitar as normas aplicáveis em vigor em matéria social, laboral, ambiental e de igualdade de género, decorrentes do direito internacional, europeu, nacional ou regional;
 - h. Garantir condições de segurança e saúde do trabalho a todos os seus colaboradores, cumprindo a legislação aplicável nesta matéria, nomeadamente evidenciando a identificação de perigos e avaliação de riscos dos trabalhadores que exercem funções nas instalações do contraente público, e as respetivas apólices de seguros de acidentes de trabalho.
3. A título acessório, todas as comunicações, atas, e demais documentos elaborados pelo cocontratante, devem ser integralmente redigidos em português, entregues em suporte de papel e digital, neste último caso em formato editável, incluindo a relativas aos produtos intermédios, respeitando as especificações técnicas do presente caderno de encargos.

CLÁUSULA 5ª DESEMPENHO AMBIENTAL

- 1. O cocontratante deve garantir as melhores práticas ambientais por forma a incluir as medidas necessárias a fim de assegurar a proteção do ar, da água, do solo, e de prevenir ou reduzir a poluição sonora, a produção de resíduos e o consumo energético, com o objetivo de alcançar um nível elevado de proteção do ambiente e minimizar os impactes ambientais.
- 2. O cocontratante deve igualmente garantir o correto encaminhamento dos eventuais resíduos produzidos no decorrer da execução do contrato, respeitando as boas práticas ambientais previstas na legislação em vigor.

CLÁUSULA 6ª CONFORMIDADE E OPERACIONALIDADE DOS BENS

- 1. O cocontratante obriga-se a entregar ao contraente público os bens objeto do contrato com as características, especificações e requisitos técnicos previstos nas especificações técnicas, anexas, ao presente Caderno de Encargos, que dele faz parte integrante.

2. Os bens objeto do contrato devem ser entregues em perfeitas condições de serem utilizados para os fins a que se destinam e dotados de todo o material de apoio necessário à sua entrada em funcionamento.
3. É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, no que respeita à conformidade dos bens.
4. O cocontratante é responsável perante o contraente público por qualquer defeito ou discrepância dos bens objeto do contrato que existam no momento em que os bens lhe são entregues.

CLÁUSULA 7ª ENTREGA DOS BENS OBJETO DO CONTRATO

1. O contrato produz os seus efeitos na data da aposição da última assinatura no contrato, e mantém-se em vigor pelo período de doze (12) meses, com a possibilidade de renovação por dois (2) período de doze 12 meses, se nenhuma das partes o denunciar, mediante notificação à outra parte por carta registada com aviso de receção, com a antecedência mínima de 45 dias em relação ao termo da vigência inicial ou de cada uma das renovações, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.
2. Os bens serão entregues no Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar da Universidade do Porto onde tem origem a encomenda ou requisição dos bens ou, pontualmente, noutro local a ser indicado no envio da respetiva nota de encomenda ou requisição.
3. Os fornecimentos serão executados mediante requisição do ICBAS.
4. O email da requisição fará sempre referência à nota de encomenda, previamente emitida no sistema contabilístico do contraente público, à qual corresponde um número de compromisso válido e sequencial.
5. O email da requisição indicará as quantidades efetivas a serem fornecidas, por cada bem e a data para a entrega das mesmas, nunca podendo ultrapassar os 15 dias após requisição.
6. O cocontratante obriga-se a disponibilizar, simultaneamente com a entrega dos bens objeto do contrato, todos os documentos em língua portuguesa, que sejam necessários para a boa e integral utilização ou funcionamento daqueles.
7. Com a entrega dos bens objeto do contrato, ocorre a transferência da posse e da propriedade daqueles para o contraente público, bem como do risco de deterioração ou perecimento dos mesmos, sem prejuízo das obrigações de garantia que impendem sobre o cocontratante.
8. Todas as despesas e custos com o transporte dos bens objeto do contrato e respetivos documentos para o local de entrega são da responsabilidade do cocontratante.

CLÁUSULA 8ª ENTREGA DOS BENS OBJETO DO CONTRATO INSPEÇÃO E TESTES

1. Efetuada a entrega dos bens objeto do contrato, o contraente público, por si ou através de terceiro por ela designado, procede, no prazo de 2 dias, à inspeção quantitativa e qualitativa dos mesmos, com vista a verificar, respetivamente, se os mesmos correspondem às quantidades, e se reúnem as características e requisitos técnicos e operacionais definidos nas especificações técnicas, anexas ao presente Caderno de Encargos e na proposta adjudicada, bem como outros requisitos exigidos por lei.
2. Durante a fase de realização de testes, o cocontratante deve prestar ao contraente público, ou aos terceiros por si designados, toda a cooperação e todos os esclarecimentos necessários, podendo fazer-se representar, durante a realização daqueles, através de pessoas devidamente credenciadas para o efeito.
3. Os encargos com a realização dos testes, devidamente comprovados, são da responsabilidade do cocontratante.

CLÁUSULA 9ª INOPERACIONALIDADE, DEFEITOS OU DISCREPÂNCIAS

1. No caso de os testes previstos na cláusula anterior não comprovarem a total operacionalidade dos bens objeto do contrato, bem como a sua conformidade com as exigências legais, ou no caso de existirem defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos nas especificações técnicas, anexas ao presente Caderno de Encargos, o contraente público deve disso informar, por escrito, o cocontratante.
2. No caso previsto no número anterior, o cocontratante deve proceder, à sua custa e no prazo razoável que for determinado pelo contraente público, às reparações ou substituições necessárias para garantir a operacionalidade dos bens e o cumprimento das exigências legais e das características, especificações e requisitos técnicos exigidos.
3. Após a realização das reparações ou substituições necessárias pelo cocontratante, no prazo respetivo, o contraente público procede à realização de novos testes de aceitação, nos termos da cláusula anterior.

CLÁUSULA 10ª ACEITAÇÃO DOS BENS

1. Caso os testes a que se refere a Cláusula 7ª comprovem a total operacionalidade dos bens objeto do contrato, bem como a sua conformidade com as exigências legais, e neles não sejam detetados quaisquer defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos nas especificações técnicas, anexas ao presente Caderno de Encargos, deve ser emitido, no prazo máximo de 2 dias a contar do final dos testes, um auto de receção, assinado pelos representantes do cocontratante e do contraente público.

2. Com a assinatura do auto a que se refere o número anterior, ocorre a transferência da posse e da propriedade dos bens objeto do contrato para o contraente público, bem como do risco de deterioração ou perecimento dos mesmos, sem prejuízo das obrigações de garantia que impendem sobre o cocontratante.
3. A assinatura do auto a que se refere o n.º 1 não implica a aceitação de eventuais defeitos ou de discrepâncias dos equipamentos objeto do contrato com as exigências legais ou com as características, especificações e requisitos técnicos previstos nas especificações técnicas, anexas ao presente Caderno de Encargos.

CLÁUSULA 11ª GARANTIA TÉCNICA

1. Nos termos da presente cláusula e da lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, o cocontratante garante os bens objeto do contrato, pelo prazo mínimo de dois anos a contar da data de entrega dos bens, contra quaisquer defeitos ou discrepâncias com as exigências legais e com características, especificações e requisitos técnicos definidos nas especificações técnicas, anexas ao presente Caderno de Encargos, que se revelem a partir da respetiva aceitação do bem.
2. No prazo máximo de dois meses a contar da data em que o contraente público tenha detetado qualquer defeito ou discrepância, este deve notificar o cocontratante, para efeitos da respetiva reparação.
3. A reparação ou substituição previstas na presente cláusula devem ser realizadas dentro de um prazo razoável fixado pelo contraente público e sem grave inconveniente para este último, tendo em conta a natureza do bem e o fim a que o mesmo se destina.

CLÁUSULA 12ª GARANTIA DE CONTINUIDADE DE FABRICO

O cocontratante deve assegurar a continuidade do fabrico e do fornecimento de todas as peças, componentes e equipamentos que integram os bens objeto do contrato pelo prazo estimado de vida útil dos bens, de acordo com as regras de amortização contabilística aplicáveis.

CLÁUSULA 13ª LOCAL E CONDIÇÕES DO FORNECIMENTO DOS BENS

A entrega dos bens será efetuada nas Instalações do contraente público – Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar da Universidade do Porto: Rua de Jorge Viterbo Ferreira, 228, 4050-313 Porto, Edifício 1, Piso 0 - Armazém Geral | Horários: entre as 9h e as 12h | Tel.: 220428030/32 | Email: sec.compras@icbas.up.pt, de acordo com as requisições prévias do contraente público.

CLÁUSULA 14ª PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

O cocontratante obriga-se a dar cumprimento à legislação sobre Proteção de Dados, designadamente ao estabelecido no Regulamento Geral de Proteção de Dados e Lei de Execução do Regulamento Geral de Proteção de Dados, aprovada pela Lei nº 58/2019, de 08 de agosto, aceitando regular esta questão em acordo de tratamento de dados, caso seja considerado necessário, acordo esse que ficará a constar em anexo ao contrato e que dele fará parte integrante.

CLÁUSULA 15ª OBJETO DO DEVER DE SIGILO

1. O cocontratante deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao contraente público de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo cocontratante de serviços ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.
4. O cocontratante deverá guardar sigilo quanto a informações que possa obter no âmbito da execução do presente contrato, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

CLÁUSULA 16ª PREÇO CONTRATUAL

1. Pela aquisição dos bens objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o contraente público obriga-se a pagar ao cocontratante o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
2. O preço referido no número anterior não pode, em qualquer caso, ser superior a **120.000,00€ (cento e vinte mil euros)**, no prazo máximo de vigência admitido (valores sem revisão de preços e sem IVA).
3. O preço base da aquisição corresponde a:
 - a. **96.428,05 € (noventa e seis mil, quatrocentos e vinte e oito euros e cinco cêntimos)** acrescidos de IVA à taxa legal em vigor para os artigos identificados no Anexo A (preços base

unitários de referência, que não limitam o preço contratual unitário), correspondendo ao valor máximo estimado que o ICBAS está disposto a pagar no período de vigência contratado.

- b. **23.571,95 € (vinte e três mil, quinhentos e setenta e um euros e noventa e cinco cêntimos)** acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, para aquisições de outras tipologias constantes do(s) catálogo(s) a apresentar, correspondendo ao valor máximo estimado que o ICBAS está disposto a pagar no período de vigência contratado.

4. Os preços referidos nos números anteriores incluem todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público.

CLÁUSULA 17ª REVISÃO/ ATUALIZAÇÃO DE PREÇOS

1. A revisão dos preços unitários apenas poderá ser efetuada com base na taxa de inflação anual, sendo aplicada aquando da renovação do contrato, ao fim de doze meses.
2. Caso o valor solicitado para revisão de preços seja superior à taxa de inflação, o pedido será recusado.
3. Para efeitos do disposto no número anterior, o cocontratante deve apresentar pedido devidamente fundamentado, instruído com os cálculos e elementos que comprovem a adequação à taxa de inflação aplicável.
4. O contraente público reserva-se o direito de solicitar esclarecimentos adicionais sobre o pedido de revisão de preços.
5. No caso de o cocontratante não prestar os esclarecimentos solicitados, ou caso os mesmos sejam insuficientes ou não esclareçam devidamente os pressupostos do pedido, o mesmo será recusado.

CLÁUSULA 18ª CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

1. As quantias devidas pelo contraente público, nos termos da cláusula 14ª, devem ser pagas no prazo de 30 dias após a receção pelo mesmo das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
2. A obrigação respetiva é exigível com a entrega dos bens, mediante as requisições efetuadas pelo Contraente Público, nos termos do presente Caderno de Encargos.
3. As faturas deverão ser emitidas em nome do Instituto de Ciências Abel Salazar da Universidade do Porto, com referência aos documentos que lhe deram origem, devendo fazer menção aos seguintes dados, consoante o caso e sem prejuízo daqueles que forem legalmente exigidos:

- a. **N.º da encomenda e n.º de Compromisso ou contrato;**
 - b. Unidade orgânica requisitante: Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar da Universidade do Porto (ICBAS);
 - c. Descrição do Projeto; (Se Aplicável)
 - d. Endereço da unidade orgânica: Rua de Jorge Viterbo Ferreira, 228, 4050-313 Porto.
4. Em caso de discordância por parte do contraente público, quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar ao cocontratante, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o cocontratante obrigado a prestar os esclarecimentos necessários e/ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
5. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto nos números anteriores, as faturas são pagas através de transferência bancária.
6. A emissão de faturas eletrónicas por parte do Cocontratante deve cumprir os requisitos legais inerentes à emissão das mesmas, constantes do manual disponível para consulta no link:
https://sigarra.up.pt/spup/pt/conteudos_geral.ver?pct_pag_id=1015464&pct_parametros=pv_unidade=786&pct_grupo=35870#35870
7. O contraente público não se responsabiliza pelo não cumprimento ou incumprimento defeituoso das especificações técnicas referentes ao sistema de faturação eletrónica.

CLÁUSULA 19ª RESPONSABILIDADES

1. O cocontratante responde perante o contraente público por todos os prejuízos, direta ou indiretamente emergentes dos trabalhos objeto do contrato, bem como daqueles que resultem do incumprimento ou do deficiente cumprimento das suas obrigações contratuais, até à conclusão da execução do contrato.
2. Do mesmo modo, o cocontratante responde por todos os prejuízos causados por quaisquer atos ou omissões de quaisquer pessoas que, no âmbito da sua intervenção, para ele exerçam funções, independentemente do regime jurídico.
3. Se o contraente público vier a ser demandado por terceiros por prejuízos causados pelo cocontratante, no âmbito da execução do contrato, este último indemnizá-lo-á de todas as despesas que, em consequência, haja de realizar e de todas as quantias que tenha de pagar, seja a que título for.
4. Correm inteiramente por conta do cocontratante a reparação e a indemnização de todos os prejuízos que, por motivos que lhe sejam imputáveis, sejam sofridos por terceiros até à conclusão da execução do contrato, em consequência do modo de execução dos trabalhos, da atuação do seu pessoal ou dos seus fornecedores.

CLÁUSULA 20ª FORÇA MAIOR

1. Não podem ser impostas penalidades ao cocontratante, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
 - a. Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do cocontratante, na parte em que intervenham.
 - b. Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do cocontratante ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados.
 - c. Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo cocontratante de deveres ou ónus que sobre ele recaiam.
 - d. Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo cocontratante de normas legais.
 - e. Incêndios ou inundações com origem nas instalações do cocontratante cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança.
 - f. Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do cocontratante não devidas a sabotagem.
 - g. Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

CLÁUSULA 21ª PENALIDADES CONTRATUAIS

1. Pelo incumprimento, cumprimento defeituoso ou mora no cumprimento das obrigações emergentes do contrato, o contraente público pode exigir do cocontratante o pagamento de uma pena pecuniária de montante a fixar em função da gravidade, nos seguintes termos:

- a. pelo incumprimento, cumprimento defeituoso ou mora no cumprimento das datas e prazos definidos no presente caderno de encargos, até 25,00 € (vinte e cinco euros) por cada dia de atraso;
- b. pelo incumprimento, cumprimento defeituoso ou mora no cumprimento das datas e prazos definidos pelas partes no âmbito da execução contratual, até 25,00 € (vinte e cinco euros) por cada dia de atraso;
- c. pelo incumprimento da obrigação de respeitar no âmbito da execução contratual, as normas aplicáveis em vigor em matéria social, laboral, ambiental e de igualdade de género, decorrentes do direito internacional, europeu, nacional ou regional, a entidade adjudicante pode exigir do adjudicatário o pagamento de uma sanção pecuniária até 1% do preço contratual por cada incumprimento;
- d. pelo incumprimento, cumprimento defeituoso ou mora no cumprimento das demais obrigações contratualmente previstas, até 5% do preço contratual.

2. Na determinação da gravidade do incumprimento, o contraente público tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do cocontratante e as consequências do incumprimento.

3. O contraente público pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.

4. O valor acumulado das penas pecuniárias não pode exceder 20 % do preço contratual, sem prejuízo do poder de resolução do contrato.

5. Nos casos em que seja atingido o limite previsto no número anterior e o contraente público decida não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado para 30 %.

6. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que o contraente público exija uma indemnização pelo dano excedente.

CLÁUSULA 22ª RESOLUÇÃO POR PARTE DO CONTRAENTE PÚBLICO

Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, o contraente público pode resolver o contrato, a título sancionatório nos seguintes casos:

- a) Violação grave ou reiterada de qualquer das obrigações que incumbem ao cocontratante;
- b) Violação dos princípios e compromissos de não tolerância ao assédio assumidos pela U.Porto;

CLÁUSULA 23ª RESOLUÇÃO POR PARTE DO COCONTRATANTE

O cocontratante pode resolver o contrato nos casos previstos no artigo 332º do CCP.

CLÁUSULA 24ª SUBCONTRATAÇÃO E CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL

A subcontratação pelo cocontratante e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

CLÁUSULA 25ª COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, nos termos do Código dos Contratos Públicos, estas devem ser dirigidas, através de correio eletrónico, nos termos do artigo 468.º do CCP, para os respetivos endereços eletrónicos, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contato constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

CLÁUSULA 26ª FORO COMPETENTE

Para resolução de todos os litígios decorrentes quer da interpretação, quer da execução do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto, com expressa renúncia a qualquer outro.

CLÁUSULA 27ª DESIGNAÇÃO DO GESTOR DO CONTRATO E ACOMPANHAMENTO

1. Nos termos do artigo 290.º-A, é designado o seguinte gestor do contrato em nome do contraente público, bem como o substituto para colmatar ausências ou impedimentos:
 - Gestora do Contrato: Fernanda Oliveira | Serviço de Apoio Geral – ICBAS | Email: fcoliveira@icbas.up.pt;
 - Substituta: Elisabete Magalhães | Serviço de Apoio Geral – ICBAS | Email: nag_sag@icbas.up.pt.
2. A qualquer momento e sem necessidade de aviso prévio, o gestor do contrato pode solicitar informação ou realizar auditorias com vista à monitorização da qualidade e nível de desempenho da

prestação de serviços e cumprimento das obrigações contratuais ou legais por parte do cocontratante e, quando justificado, propor a aplicação de sanções em caso de incumprimento.

3. O cocontratante obriga-se a colaborar com o gestor do contrato na prestação de informações solicitadas por este ou na realização de auditorias, disponibilizando os meios que sejam necessários para o efeito.

CLÁUSULA 28ª LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O contrato é regulado pelo disposto no Código dos Contratos Públicos e restante legislação aplicável.

PARTE II

CLÁUSULAS TÉCNICAS

CLÁUSULA 29ª CARACTERIZAÇÃO DOS PRODUTOS

1. Os equipamentos a propor no âmbito do presente procedimento deverão cumprir com as seguintes quantidades e especificações técnicas mínimas:

N/ Ref.ª	V/ Referência	Descrição	Unidade de Medida (embalagem)	Marca	Quantidade estimada
1	MCA1425GA	BPLX MAG COOH BEADS #65, 1ML	1 ml	Bio-Rad	1
2	MCA2678GA	BPLX MAG COOH BEADS #65, 1ML	1 ml	Bio-Rad	1
3	1560020	Macro-Prep DEAE Resin, 100 ml	100 ml	Bio-Rad	2
4	1708887	iQ SYBR Green Supermix, 10 x 5 ml	50 ml	Bio-Rad	2
5	1610734	10x Tris/Glycine 1 L	1 L	Bio-Rad	4
6	1704271	Trans-Blot Turbo RTA Midi NC 40 blots	40 midi-sized 0.2 µm	Bio-Rad	5
7	4561023	7.5% MP TGX Gel 10W 30 µl, pkg 10	pkg 10	Bio-Rad	5
8	1610156	30% Acrylamide/Bis Solution 29:1, 500 ml	500 ml	Bio-Rad	5
9	1610732	10x Tris/Glycine/SDS 1L	1 L	Bio-Rad	5
10	1610747	4x Laemmli Sample Buffer 10 ml	10 ml	Bio-Rad	5
11	MCA832F	BPLX MAG COOH BEADS #65, 1ML	1 ml	Bio-Rad	5
12	4568043	12% MP TGX Stain-Free Gel 10W 30µl pkg10	pkg 10	Bio-Rad	5
13	MCA2194	BPLX MAG COOH BEADS #65, 1ML	1 ml	Bio-Rad	1
14	MCA341PE	BPLX MAG COOH BEADS #65, 1ML	1 ml	Bio-Rad	1
15	1610374	Prec Plus Protein Dual Color Stds	500 µl	Bio-Rad	5
16	5000006	Bio-Rad Protein Assay Dye Reagent Conc	450 ml	Bio-Rad	5
17	1450011	Cell Counting Slides, 30 2-well slides	30 slide pack	Bio-Rad	5
18	1704270	Trans-Blot Turbo RTA Mini NC Kt 40 blots	40 mini-sized 0.2 µm	Bio-Rad	5
19	1708841BUN	iScript™ Reverse Transcription Smx, 500	500 x 20 µl reactions	Bio-Rad	5
20	1610798	Resolving Gel Buffer, 1 L	1 L	Bio-Rad	5
21	1863004	ddPCR Droplet Reader Oil, 2 x 1L	1 L	Bio-Rad	2
22	AHP627	PRESSURE PAD,FOR MSA-5001,1/8"	0.1 mg	Bio-Rad	1
23	1725272	SsoAdvanced Univ SYBR Grn Suprmx 10x1 ml	10 ml	Bio-Rad	5
24	7326030	InstaGene Matrix, 20 ml	20 ml	Bio-Rad	3
25	1610181	7.5% TGX Stain-Free FastCast Kit	Kit	Bio-Rad	5
26	1610183	10% TGX Stain-Free FastCast Kit	Kit	Bio-Rad	5
27	1610185	12% TGX Stain-Free FastCast Kit	Kit	Bio-Rad	5
28	1620263	IMMUN-BLOT LFPVDF8.5x13.5cm,20	Pkg of 20	Bio-Rad	5
29	1704275	Trans-Blot Turbo RTA Midi LF PVDF 40 blt	40 midi-sized 0.45 µm	Bio-Rad	5
30	1705060	Clarity Western ECL Subs,200ml	200 ml	Bio-Rad	5
31	MCA1777S	BPLX MAG COOH BEADS #65, 1ML	1 ml	Bio-Rad	5
32	4561084	4-15% MP TGX Gel 10W 50 µl, pkg 10	pkg 10	Bio-Rad	5
33	1610146	40% Acrylamide/Bis Solution 29:1, 500 ml	500 ml	Bio-Rad	5
34	1610799	Stacking Gel Buffer 1L	1 L	Bio-Rad	5
35	1705061	Clarity Western ECL Subs,500ml	500 ml	Bio-Rad	5
36	1610772	10x Tris/Glycine/SDS 5L	5 L	Bio-Rad	5
37	1725275	SsoAdvanced Univ SYBR Grn Suprmx 10x5 ml	10 x 5 ml	Bio-Rad	5
38	4568023	7.5% MP TGX Stain-Free Gel 10W 30µl pk10	pk 10	Bio-Rad	5
39	MCA2315F	BPLX MAG COOH BEADS #65, 1ML	1 ml	Bio-Rad	1
40	MCA5972APC	BPLX MAG COOH BEADS #65, 1ML	1 ml	Bio-Rad	1
41	MCA1736A488	BPLX MAG COOH BEADS #65, 1ML	1 ml	Bio-Rad	1

42	2239444	TAPE,OPTICAL SEALING,iCycler	Pkg of 100	Bio-Rad	5
43	MLL9601	LOW MULTIPLATE-96,NATL 25/BX	Pkg of 25	Bio-Rad	5
44	1620261	IMMUN-BLOT LF PVDF,7x8.5cm,20	Pkg of 20	Bio-Rad	5
45	1708862	iQ Supermix, 500 x 50 Rxn	500 x 50 µl reactions	Bio-Rad	5
46	1708882	iQ SYBR Green Supermix, 10 x 1.25 ml	10x1,25 ml	Bio-Rad	5
47	TCS0803	Optical Flat 8-Cap Strips, pkg 120	pkg 120	Bio-Rad	5
48	TLS0851	TUBE,STRIP-8,LO-PRO WHT 120/PK	Pkg of 120	Bio-Rad	5
49	1725120	iTaq Univer SYBR Green SMX 200	200 x 20 µl reactions	Bio-Rad	5
50	1708891	iScript cDNA Synthesis Kit, 100 Rxn	100 x 20 µl reactions	Bio-Rad	5
51	1708889	5X iScript Reaction Mix, 100 Rxn	100 reactions	Bio-Rad	5
52	1653308	INNER GLASS PLATE,5,M-P3	Pkg of 5	Bio-Rad	5
53	4561033	10% MP TGX Gel 10W 30 µl, pkg 10	pk 10	Bio-Rad	5
54	4561043	12% MP TGX Gel 10W 30 µl, pkg 10	pk 10	Bio-Rad	5
55	HSP3805	HSP-384,CLR/WHT 50/BX	Pkg of 50	Bio-Rad	5
56	1708841	iScript RT Supermix for RT-qPCR, 100 Rxn	100 x 20 µl reactions	Bio-Rad	5

- Com o presente procedimento pretende-se adquirir reagentes para o contraente público, cujo detalhe se encontra descrito na tabela do nº1, acrescido da possibilidade de o contraente público proceder à aquisição de bens não listados através do catálogo que será disponibilizado em formato excel.
- As quantidades indicadas no número 1 representam uma previsão de consumo do contraente público para o período de vigência do contrato, constituindo quantidades máximas, podendo vir a ser solicitados fornecimentos de quantidade inferior à indicada para cada um dos artigos, não tendo o cocontratante direito a qualquer compensação se forem requisitadas entregas de montante inferior ao indicado.
- Se durante a execução de cada contrato, e sempre que estejamos perante as circunstâncias imprevisíveis que determinem a necessidade de adquirir artigos cujas as requisições sejam superiores às quantidades estimadas, i. e. sempre que estejamos perante uma situação em que a taxa de execução esteja a atingir ou venha mesmo a atingir o seu limite máximo, poderão ser compensados nas quantidades dos artigos cuja taxa de execução seja inferior à inicialmente prevista. Esta contrapartida apenas poderá ser efetuada dentro do mesmo contrato celebrado, sem nunca ultrapassar o valor máximo contratual.
- Todos os reagentes não identificados nos catálogos poderão ser adquiridos fora do âmbito do contrato celebrado.
- Para a prestação de contas junto de entidades financiadoras, o cocontratante deverão apresentar um catálogo no momento da celebração do contrato em formato EXCEL ou equivalente, com indicação da marca, descritivo, apresentação da embalagem e preços unitários.